

Brasília, 20 de abril de 2026

Seleção

Sumário

Fator Brasil - Online

Sábado, 18 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

30 Anos da Lei da Propriedade Industrial	3
---	----------

O Brazilianista

Domingo, 19 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Como funciona o registro de marcas e patentes no Brasil?	5
---	----------

G1 - Globo

Sábado, 18 de abril de 2026 | Marco regulatório | INPI

Tem uma ideia inédita para um produto ou serviço? Saiba como registrar sua inven... ..	6
---	----------

30 Anos da Lei da Propriedade Industrial

O recorde de pedidos de marcas no **INPI** e os desafios do modelo brasileiro.

O Brasil encerrou 2025 com um marco histórico no sistema de **propriedade industrial**: mais de 500 mil pedidos de registro de marcas protocolados em um único ano, segundo dados do **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**. Trata-se do maior volume já registrado e de um crescimento expressivo em relação ao ano anterior.

O dado reflete um movimento positivo de valorização da marca como ativo econômico, impulsionado sobretudo por micro e pequenas empresas, além da maior digitalização e acessibilidade do sistema. Ao mesmo tempo, o recorde evidenciou limitações estruturais do modelo brasileiro de proteção marcária, que tendem a se intensificar à medida que o volume de pedidos cresce.

Não por acaso, o debate se intensifica justamente no momento em que o país se aproxima da comemoração dos 30 anos da Lei da **Propriedade Industrial** (Lei nº 9.279/96). Três décadas após sua promulgação, a LPI segue como um pilar fundamental da segurança jurídica, mas enfrenta pressões naturais por atualização diante das transformações econômicas, tecnológicas e concorrenciais.

Um dos principais gargalos do sistema é o acúmulo de marcas registradas que não são efetivamente utilizadas no mercado, mas permanecem ativas por longos períodos. O modelo atual permite renovações sucessivas sem exigir comprovação periódica de uso, o que favorece a chamada reserva de marcas, que são registros mantidos de forma defensiva, estratégica ou simplesmente abandonados.

Na prática, sinais distintivos fora de circulação econômica passam a bloquear o registro de novas marcas, elevando índices de indeferimento, encarecendo estratégias de branding e dificultando a entrada de novos agentes no mercado, com impacto direto sobre a concorrência e a inovação.

Embora a legislação preveja o instituto da caducidade, ele só pode ser acionado após cinco anos da concessão do registro e depende de iniciativa de ter-

ceiros, o que limita seu alcance como instrumento de saneamento sistêmico.

É nesse contexto que se insere a consulta pública a ser promovida pelo **INPI**, justamente na esteira do debate sobre os 30 anos da LPI. Entre os pontos centrais propostos para debate está a redução do prazo mínimo para requerer a caducidade, de cinco para três anos após a concessão.

A alteração tem como principal objetivo mitigar o problema da reserva de marcas registradas e não utilizadas no mercado, estimulando o uso efetivo do sinal distintivo em prazo mais curto e desincentivando registros meramente defensivos.

A proposta também aproxima o Brasil de práticas adotadas internacionalmente. Países como Estados Unidos, México e Argentina exigem, em diferentes momentos da vigência do registro, declarações formais ou comprovação de uso da marca, o que contribui para manter o banco marcário mais dinâmico e alinhado à realidade econômica.

Outro ponto relevante do debate diz respeito ao procedimento de oposição. No modelo brasileiro, a oposição pode retardar de forma significativa o início do exame de mérito, mesmo quando utilizada com propósitos essencialmente protelatórios.

A proposta de revisar os efeitos processuais da oposição, inclusive admitindo sua análise após a decisão ou racionalizando seu impacto sobre o fluxo do exame, busca reduzir o tempo legal necessário para o início da análise de mérito e diminuir o número de pedidos pendentes exclusivamente em razão de oposição.

Mais uma vez, há convergência com práticas internacionais, nas quais a oposição nem sempre paralisa o exame ou é estruturada de modo a evitar seu uso como instrumento de bloqueio sistêmico.

A combinação entre redução do prazo de caducidade, maior estímulo à comprovação de uso durante a vigência do registro e racionalização do procedimento de oposição aponta para um movimento de modernização compatível com a maturidade alcançada pelo sistema brasileiro ao longo dos 30 anos

da LPI.

O objetivo não é restringir direitos, mas assegurar que o registro de marca cumpra sua função econômica e social, protegendo quem efetivamente utiliza o sinal distintivo no mercado.

O recorde de pedidos em 2025 é um sinal claro da vitalidade do empreendedorismo brasileiro. Ajustar o modelo para que ele continue funcional, eficiente

e alinhado às melhores práticas internacionais é um passo necessário e oportuno para os próximos anos da **propriedade industrial** no país.

Por: Maria Zeraik, advogada e sócia do escritório Montaury Pimenta, Machado & Vieira de Mello.

Como funciona o registro de marcas e patentes no Brasil?



O **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** é uma importante organização governamental que ajuda empresas e pessoas a registrarem suas marcas.

Quando uma empresa não pode utilizar certo nome para uma campanha, ou restrições de imagem para uma pessoa estão diretamente relacionados à função do **INPI**.

Segundo o Jusbrasil, o **INPI** é o órgão público ligado ao Ministério da Economia responsável pela avaliação e concessão de registros de marcas. A pasta ainda fica responsável por cuidar de temas relacionados à **propriedade intelectual**, como patentes, direitos autorais, etc.

O registro de marca é altamente relevante, visto que garante o direito exclusivo sobre um nome, frase, símbolo, desenho ou uma combinação deles. Quem deseja ser proprietário legal de uma marca e busca evitar problemas futuros deve realizar este registro.

Como registrar marca pelo **INPI**?

Quem deseja registrar alguma marca no **INPI**, deve primeiramente se certificar de que o nome ou ação desejado não está sendo utilizado por outra empresa.

Para isso, o interessado deve seguir a busca no site **pePI**, Pesquisa em **Propriedade Industrial**. É importante que a nova marca não seja parecida em nome ou serviço a uma outra já existente para que o deferimento ocorra de forma rápida e simples para a empresa.

Ao confirmar que o sistema está livre, o interessado deve iniciar sua solicitação ao apresentar os docu-

mentos exigidos pelo **Instituto Nacional de Propriedade Industrial**, incluindo aqueles que comprovem a atividade exercida.

Também será necessário realizar o cadastro no site do **INPI**, emitir a Guia de Recolhimento da União (GRU) e acessar o E-Marcas e preencher o formulário online.

Após ser deferido, o registro de uma marca é válido por 10 anos, podendo ser renovado. Em até 60 dias após a publicação na Revista da **Propriedade Industrial** (RPI), o instituto pode enviar alguma oposição ao registro.

Caso isso não aconteça, a empresa interessada precisa pagar uma taxa para os primeiros 10 anos e solicitar o certificado. Os valores podem variar, mas de acordo com o Jusbrasil, empreendedores como Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) e pessoas físicas pagam uma taxa de R\$142,00.

Já pessoas jurídicas que não se enquadram nessas modalidades devem pagar uma taxa de R\$355,00. Em caso de aprovação do pedido, há uma taxa adicional de R\$298,00 para pessoas físicas e pequenas empresas, e outra de R\$745,00 para as demais empresas. Vale lembrar que quem deseja contratar um advogado para acompanhar o caso pode arcar com os custos da equipe jurídica.

É importante destacar que a escolha da categoria adequada para o registro é uma das partes mais relevantes do processo. O sistema de classificação é usado para especificar produtos e serviços.

Nesse cenário, selecionar a categoria incorreta pode levar ao cancelamento do registro e à perda da taxa de solicitação. Portanto, compreender claramente os produtos e serviços da empresa e escolher a categoria correta são essenciais para o sucesso do registro da marca.

Acompanhe O Brazilianista pelas redes sociais

Tem uma ideia inédita para um produto ou serviço? Saiba como registrar sua invenção em sete passos



Processo de obtenção de patente é feito pelo **INPI**, órgão da União, e inclui pessoas físicas e empresas.

Criar uma solução inovadora pode virar oportunidade de negócio. Mas, para evitar cópias e garantir direitos sobre a ideia, é fundamental fazer o pedido de patente.

No Brasil, esse processo é feito pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, órgão vinculado ao governo federal, e pode ser solicitado por qualquer pessoa física ou empresa.

O assunto é tema do Rolê nas Gerais deste sábado (18) da TV Globo em Minas. O programa conta histórias de inventores da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Patente é um título de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade, concedido pelo Estado (no Brasil, via **INPI**) que garante exclusividade de exploração.

Protege soluções técnicas novas contra **cópias não autorizadas** por tempo limitado. Também pode significar algo óbvio, claro ou manifesto.

Segundo o **INPI**, os dados mais recentes de **patente** são de 2024. Naquele ano, foram 1.607 registros de invenção no Brasil. Em Minas Gerais, foram concedidos 180 registros.

O procedimento exige atenção a etapas técnicas, prazos e taxas, mas é acessível e conta, inclusive, com descontos para pequenos empreendedores que podem chegar a até 60%.

Veja abaixo o passo a passo:

1 - Entenda se sua criação pode ser patenteada

Para pedir uma **patente**, a ideia precisa ser nova, útil e aplicável. Existem dois tipos principais: **Patente** de Invenção (PI), para novas tecnologias ou processos, e Modelo de Utilidade (MU), para melhorias em produtos já existentes. A **patente** garante exclusividade de exploração por tempo limitado.

2 - Faça uma busca prévia
Antes de entrar com o pedido, pesquise no banco de dados do **INPI**. Verifique se já existe algo igual ou semelhante. Isso evita perda de tempo e dinheiro.

3 - Prepare a documentação
O pedido deve conter: relatório descritivo, reivindicações (o que será protegido), resumo e desenhos (se necessário). Essa etapa é técnica e pode exigir ajuda especializada.

4 - Faça o cadastro e pague a taxa
Para iniciar o processo, crie um cadastro no sistema do **INPI**, gere a Guia de Recolhimento da União (GRU) e preencha o formulário online. Os valores podem variar. Veja:

Depósito do pedido: cerca de R\$ 70 a R\$ 175 (com desconto para pessoa física, MEI e pequenas empresas);

Pedido de exame técnico: cerca de R\$ 300 a R\$ 800;

Anuidades (a partir do 2º ano): valores progressivos, começando em torno de R\$ 80. Pessoas físicas, MEIs, pequenas empresas e instituições têm até 60% de desconto.

5 - Acompanhe o andamento
O processo passa por etapas como: depósito, publicação (após até 18 meses de sigilo), exame técnico e decisão final. O acompanhamento deve ser feito regularmente pelo sistema do **INPI** e pela Revista da **Propriedade Industrial (RPI)**.

6 - Fique atento aos prazos
Até 36 meses para solicitar o exame do pedido. Pagamento de anuidades obrigatórias a partir do 2º ano. Perda de prazos pode levar ao arquivamento.

7 - Qual a validade da patente?

Continuação: Tem uma ideia inédita para um produto ou serviço? Saiba como registrar sua invenção em sete passos

Se aprovada: 20 anos para **Patente** de Invenção; 15 anos para Modelo de Utilidade. Por que vale a pena?

A **patente** garante ao inventor o direito de impedir cópias e ainda possibilita licenciar ou vender a tecnologia, gerando renda.

Vídeos mais vistos no g1 Minas:

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório INPI	1,2,3,4,5
Patentes	4,5
Propriedade Industrial	1,2,3,4,5
Propriedade Intelectual	3